



PSD p.5

Discurso de António Costa está envolto de "omissões"



PSD p.6

Matos Rosa nos 40 anos dos Núcleos do PSD de Sandim, Olival, Lever e Crestuma

POVO LIVRE



nº 1854

3 de Dezembro de 2014

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



GOVERNO COESO PARA DESENVOLVER PORTUGAL

O Primeiro-Ministro em entrevista à RTP, após a aprovação do Orçamento do Estado

O Primeiro-Ministro na entrega dos Prémios Santa Casa em Neurociências

“Dobrámos o Cabo das Tormentas da disciplina orçamental na investigação científica”

O Primeiro-Ministro assinalou o facto de o comissário europeu para a ciência ser o português Carlos Moedas e destacou a existência de um programa europeu com 80 mil milhões de euros destinados à investigação e inovação. “Eu espero que o facto de o comissário europeu que tem a responsabilidade de gerir todo este programa à escala europeia ser português seja um estímulo para que em Portugal realmente nos possamos esforçar mais e chegar a um resultado mais satisfatório em matéria de projectos que possam vir a ser financiados por recursos europeus”.

Antes, Pedro Passos Coelho referiu que “a ciência foi talvez das áreas em que a disciplina orçamental impôs menos reduções”, observando: “Se todos têm presente as grandes dificuldades por que passámos nestes anos, já envolve uma certa opção de natureza política ter feito com que a área da ciência tivesse sido menos afectada”.

Depois, o Primeiro-Ministro apontou 2014 como um ano de mudança: “Ao longo deste ano podemos mesmo dizer que invertemos essa tendência que vinha desde 2009 e conseguimos executar do lado da Fundação para a Ciência e Tecnologia mais recursos financeiros do que nos anos anteriores”.

“O que significa, portanto, que já dobrámos o cabo das tormentas em matéria de disciplina orçamental no que toca à área da investigação. A ideia, portanto, de que temos transferido muito menos recursos para a ciência não se conjuga com a realidade”.

Pedro Passos Coelho defendeu que cabe não só ao Estado mas também aos privados investir na investigação científica e que Portugal precisa de “muitos mais recursos” nesta área. “Mas então temos de saber aproveitar ainda melhor aqueles a que nos podemos candidatar no espaço europeu. Desse ponto de vista, é um desafio muito grande para todas as instituições poderem desenvolver uma rede, uma ‘network’, ainda mais extensa com outros centros de investigação ao nível do espaço europeu”.

No seu discurso, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, felicitou as equipas vencedoras da edição de 2014, salientando “a honra em poder testemunhar o sucesso de uma iniciativa ímpar” que “enobrece” simultaneamente a Santa Casa e Portugal.

Prémios Santa Casa distinguem estudos da medula espinal e de défices de memória



A Misericórdia de Lisboa distinguiu, com os Prémios Santa Casa Neurociências 2014, trabalhos que visam o estudo das células progenitoras da medula espinal e do mecanismo celular envolvido na perda de memória, anunciou a instituição. O Prémio Melo e Castro, no valor de 200 mil euros, foi atribuído ao projecto a desenvolver pela equipa de Moises Mallo, do Instituto Gulbenkian de Ciência, sobre as células embrionárias da medula espinal.

O Prémio Mantero Belard, também no mesmo montante, distingue o estudo liderado por Rodrigo Antunes da Cunha, do Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, sobre o papel dos receptores A2A da adenosina (sinal molecular emitido pelas células) nos processos de memória associados à doença de Alzheimer.

O Prémio Melo e Castro destina-se a projectos de investigação clínica ou científica que contribuam para a recuperação e o tratamento de lesões vertebro-medulares, como as paraplegias e as tetraplegias. O Prémio

Mantero Belard visa apoiar a investigação sobre patologias neuro-degenerativas ligadas ao envelhecimento, como as doenças de Parkinson e Alzheimer.

O Júri dos Prémios Neurociências, liderado pelo neurocirurgião João Lobo Antunes, recebeu este ano 28 candidaturas e reuniu professores e investigadores de renome, tais como Catarina Resende de Oliveira (Universidade de Coimbra), Maria João Saraiva (Universidade do Porto), Catarina Aguiar Branco (Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação), Paula Coutinho (Sociedade Portuguesa de Neurologia) e Nuno Sousa (Sociedade Portuguesa de Neurociências). Este painel de avaliação integrou ainda elementos internacionais, tais como George Perry (um dos mais reconhecidos investigadores da doença de Alzheimer), Thomas Gasser, do Joint Programme for Neurodegenerative Diseases Research da União Europeia (UE), e Marta Imamura, da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Entrevista do Primeiro-Ministro à RTP

Governo coeso para desenvolver Portugal



Os três anos de governação conjunta criaram “um cimento” entre PSD e CDS-PP. Em entrevista à RTP, a partir da residência oficial, o Primeiro-Ministro, remeteu para mais tarde uma decisão sobre esta matéria, mas falou sobre a relação entre sociais-democratas e centristas, considerando que o Governo PSD/CDS-PP está coeso. “Os dois partidos que compõem este Governo, ao contrário de outros, deram muito, comprometeram-se muito para que esta fase muito difícil do país fosse ultrapassada. O presidente do PSD traçou o seguinte retrato do executivo: “Temos um Governo coeso, apesar de todos os problemas que enfrentámos, porque viver em coligação não é simples, porque os dois partidos não são iguais, e ainda bem. Na verdade, sempre superámos os nossos problemas e temos um Governo com coesão”.

Referindo que as legislativas deverão realizar-se em “finais de Setembro, princípios de Outubro do próximo ano”, o líder do PSD defendeu que as decisões sobre alianças devem ser tomadas “no tempo político próprio” e que não devem ser criados “factos políticos artificiais” a esse respeito. “O que posso dizer é que temos um Governo que provou ser um Governo efectivo, um Governo coeso e que está a resolver os problemas do país, e isso eu creio que já diz muito sobre aquilo que podemos oferecer aos portugueses para futuro”.

O Primeiro-Ministro defendeu que é “razoável” à actual maioria pedir aos portugueses uma oportunidade para “fazer o que falta fazer” e para “poder governar também em circunstâncias menos exigentes e menos severas”. Passos Coelho reiterou que assume como “ponto de honra ter menos de 3 por cento de défice em 2015” e que confia nas previsões orçamentais do Governo, mas que se estas não se confirmarem haverá um “ajustamento” da estratégia orçamental - não adiantando que medidas adicionais poderão ser adoptadas nesse caso.

O Primeiro-Ministro voltou a manifestar a expectativa de que possa haver compromissos entre a maioria PSD/CDS-PP e a direcção socialista de António Costa, sem ser preciso “esperar um ano pelas eleições”.

Em relação aos casos recentes envolvendo os vistos dourados e a “Operação Marquês”, Passos Coelho afirmou que a justiça actua, independentemente das hierarquias e que isso é motivo de satisfação. “O facto de vermos que a justiça actua e que, portanto, independentemente da



posição que cada um ocupe na hierarquia do Estado até, que as polícias não deixam de fazer aquilo que devem, não deixam de investigar como devem, e o Ministério Público não deixa de preparar a defesa pública como deve, é um motivo de satisfação”, declarou Pedro Passos Coelho. “O que dá intranquilidade é as pessoas poderem ter a ideia de que, havendo pessoas da própria polícia que possam estar envolvidas, ou quadros superiores do Estado, ou pessoas que detêm posições muito elevadas mesmo em termos políticos, que haja a tentação de, como se costuma dizer, abafar o caso, não levar o assunto para a frente, deixar essa situação larvar”.

O Primeiro-Ministro manifestou confiar “totalmente” na justiça portuguesa, referiu que “ninguém está acima da lei”, que as pessoas que ocupam cargos importantes “são transitórias”, observou que “factos destes são pouco vulgares”, mas discordou que coloquem as democracias em perigo. “Pelo contrário, o que interessa é saber se as instituições são fortes, fazem aquilo que lhes compete”.

A este propósito, Passos Coelho mencionou a tentativa de introduzir na lei o crime de enriquecimento ilícito para que “perante evidências muito fortes” houvesse “processualmente forma de as pessoas terem de demonstrar aonde tinham ido buscar esse tipo de rendimentos”, inviabilizada pelo Tribunal Constitucional.

Sem propor uma recuperação dessa proposta, acrescentou: “Mas julgo que estamos sempre a tempo de aperfeiçoar os nossos mecanismos de controlo. Creio que é altura de não baixar os braços e de, portanto, fazer um debate bem alargado e ser consequente quanto a todas

as propostas que possam trazer ainda mais desincentivos para esse tipo de comportamentos”.

Passos Coelho apontou a não interferência do Estado na PT como uma “separação de águas” que trouxe “mais transparência e mais independência” e que “desincentiva” práticas ilícitas.

Criminalização do enriquecimento ilícito

A deputada do PSD Teresa Leal Coelho referiu, após a entrevista ao chefe de Governo, que Pedro Passos Coelho mostrou que tem “no horizonte” a criminalização do enriquecimento ilícito e a criação de “todos os instrumentos” para o “desincentivo ao desvio de recursos financeiros”. “Não só o enriquecimento ilícito está no horizonte do primeiro-ministro, como a criação de todos os instrumentos que puderem ser lançados no debate parlamentar ou governamental para criar condições de desincentivo ao desvio de recursos financeiro, seja no âmbito dos atores financeiros, bancários ou políticos”, afirmou a deputada social-democrata.

A deputada disse que a criminalização do enriquecimento ilícito é um projecto do PSD que “vem de trás” e que “tem sido sempre recusado pelo PS” e que, já nesta legislatura, um projecto de lei nesse sentido foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional.

Teresa Leal Coelho expressou que a “profunda reforma no sistema de justiça” levada a cabo nesta legislatura permite “ao Primeiro-Ministro e também aos portugueses poderem dizer que confiam na justiça, que há uma justiça que pode atingir todos”. “Não há ninguém acima da lei. Naturalmente que a justiça não foi introduzida em Portugal nos últimos três anos, mas há uma reforma que tem produzido resultados”, declarou.

Para a deputada social-democrata, esta foi a entrevista de um primeiro-ministro que “está num patamar para além das questões orçamentais e financeiras”. “Foi a entrevista de um Primeiro-Ministro sereno, confiante, e com optimismo no futuro. Um Primeiro-Ministro determinado a continuar a recuperação de Portugal e a empreender as reformas necessárias, muito empenhado em trazer o PS ao ímpeto reformista que a coligação tem levado a cabo”, enalteceu.

Gala do Prémio Douro Empreendedor, em Vila Real

Défice ficará abaixo de três por cento em 2015

O Primeiro-Ministro considera prematuro antecipar a necessidade de medidas adicionais para cumprir a estratégia orçamental do Governo, reafirmando ser “um ponto de honra” manter o défice “abaixo dos três por cento”. “Do nosso ponto de vista é prematuro ainda [antecipar medidas adicionais]”, afirmou o chefe do executivo, à entrada para a 3.ª reunião do Conselho Nacional para o Empreendedorismo e Inovação, no salão Nobre do Ministério da Economia, questionado pelos jornalistas sobre o alerta da Comissão Europeia para o “risco de incumprimento” de Portugal relativamente ao défice.

“Se a nossa receita fiscal continua a aumentar, não porque se aumente os impostos, mas porque a actividade económica está a crescer, para quê impor sacrifícios adicionais aos portugueses se conseguiremos atingir os nossos objectivos sem lhes impor sacrifícios adicionais”, questionou. Passos Coelho reafirmou ser “um ponto de honra ficar em 2015 com um défice abaixo de três por cento”, e voltou a assegurar: “o Governo fará tudo o que estiver ao seu alcance para corrigir a trajectória se isso se vier a revelar necessário”.

À entrada para a 3.ª reunião do Conselho Nacional para o Empreendedorismo e Inovação, Passos Coelho foi questionado pelos jornalistas se, na entrevista que deu na quinta-feira à RTP, tinha falado sobre o enriquecimento ilícito a propósito da detenção do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates.

“Nós não devemos reagir em função de casos concretos, seja esse que mencionou, seja qualquer outro, não temos de ir à pressa fazer ajustamentos para responder a qualquer dúvida que um caso particular nos suscite”, respondeu Passos Coelho, salientando que não foi o Governo que, no passado, tomou qualquer iniciativa sobre enriquecimento ilícito, mas sim os partidos no Parlamento.

Para o Primeiro-Ministro, há duas maneiras de encarar casos judiciais como os que nas últimas semanas envolveram altas figuras do Estado: “Uma é atacando as instituições e pondo em dúvida a sua capacidade, a sua independência; outra forma é procurando dotá-las ainda mais de competência, de robustez na resposta que dão”. Recusando comentar declarações de Mário Soares, que considerou que a prisão de José Sócrates teve contornos políticos, o Primeiro-Ministro aproveitou para felicitar publicamente o secretário-geral do PS,



António Costa, pela eleição no passado fim-de-semana, dizendo já o ter feito em privado.

O Primeiro-Ministro elogiou os empreendedores e as empresas portuguesas, considerando que são a “melhor qualidade” para vencer os desafios do Douro, da cidade e do país. “Os nossos empreendedores, as nossas empresas são sem dúvida nenhuma a nossa melhor qualidade e o nosso melhor material para poder vencer enquanto país, enquanto cidade e, neste caso, também enquanto Douro”, salientou.

O chefe do Governo sublinhou que a adversidade pode muitas vezes ser “um desafio que aguça o engenho” e considerou que o Douro é disso “um bom exemplo”. Passos Coelho destacou as condições excepcionais da região, às quais, defendeu, é preciso associar a “inovação, o saber e o valor”.

No sábado, Pedro Passos Coelho visitou também a Feira da Solidariedade, no Mercado Ferreira Borges, no Porto.

Marco António Costa no XX Congresso do PS

Discurso de António Costa está envolto de “omissões”

O vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional do PSD criticou as “omissões” do discurso do novo secretário-geral socialista, considerando que faltou contar a história que o país viveu nos últimos anos. “Este é um discurso que está cheio de omissões, faltou aqui contar uma história importante que é a história que o país viveu nos últimos anos, houve aqui uma omissão muito importante que é recordar que houve uma confiança que foi traída ao povo português em 2011, quando o país foi lançado na bancarrota”, afirmou o porta-voz do PSD, em declarações aos jornalistas, no final do discurso do secretário-geral do PS, António Costa, no encerramento do congresso socialista, dia 30 de Novembro.

Lembrando “os três anos de dificuldades” que os portugueses viveram, Marco António Costa lamentou igualmente que o secretário-geral socialista não tenha deixado uma palavra sobre “as conquistas dos portugueses nos últimos três anos”, nomeadamente a queda da taxa de desemprego e a redução do défice. “Estamos a falar de um discurso de faz de conta: faz de conta que não existe passado, faz de conta que nestes três anos o PS não mexeu um dedo para ajudar a resolver os problemas do país, faz de conta que quer diálogo, mas depois diz que só haverá diálogo após as eleições, faz de conta que tem soluções para o país, mas só daqui a alguns meses é que apresentaram as suas ideias”, acrescentou.

A delegação do PSD ao XX Congresso do PSD integrava, além do vice-presidente coordenador e porta-voz, Marco António Costa, o secretário-geral, José Matos Rosa, e o presidente da Distrital de Lisboa do PSD, Miguel Pinto Luz.



Luís Montenegro nos 40 anos do PSD em Castelo de Paiva

O presidente do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, Luís Montenegro, esteve sábado, 29 de Novembro de 2014, numa sessão dos 40 anos do PSD em Castelo de Paiva, distrito de Aveiro.



Matos Rosa nos 40 anos dos Núcleos do PSD de Sandim, Olival, Lever e Crestuma

O secretário-geral do Partido Social Democrata, José Matos Rosa, participou nas comemorações dos 40 anos dos Núcleos do PSD de Sandim, Olival, Lever e Crestuma, em Vila Nova de Gaia, dia 28 de Novembro de 2014. Uma sessão que contou a presença dos dirigentes locais do Partido e com adesão dos militantes da concelhia.



Maioria aprova o Orçamento do Estado

A ambição contrapõe-se ao “facilitismo do passado”



A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, afirmou no Parlamento que “o ajustamento tem de prosseguir”, alertando que “este caminho não será isento de custos nem de riscos”, mas “reveste-se de esperança”. No discurso de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2015, a governante insistiu numa mensagem corajosa: “o ajustamento tem de prosseguir” e “a actividade económica está a recuperar, mas a transição efectiva para o crescimento exige a manutenção do esforço”.

Para Maria Luís Albuquerque, o país tem de “manter este caminho”, que é um “caminho de ambição, ancorado numa determinação permanente e crescente de reformar o país para o adaptar a uma realidade que é cada vez mais dinâmica.” No entanto, a ministra das Finanças deixou ao mesmo tempo um aviso e algum optimismo: “este caminho não será isento de custos nem de riscos, mas reveste-se de esperança, pois poderá efectivamente trazer um caminho de maior estabilidade e de maior prosperidade”, afirmou já na parte final da sua intervenção, tendo sido aplaudida pelas bancadas do PSD e do CDS-PP.

Maria Luís Albuquerque disse que os resultados já alcançados “foram de facto importantes e devem ser reconhecidos” mas acrescentou, no entanto, que “não podem ser entendidos como um ponto de chegada”, uma vez que “constituem apenas o final da primeira etapa”.

A ministra referiu-se às práticas do passado, considerando que faltou “actuação preventiva” e “disciplina permanente e autodeterminada para precaver uma disciplina externa e imposta”. “O resultado foi a inevitabilidade de um pedido de assistência externa”, concluiu Maria Luís Albuquerque, afirmando, contudo, que o resgate “impediu um ajustamento que teria sido ainda mais abrupto caso não fosse acompanhado de financiamento oficial ou do tempo que esse financiamento deu ao país para proceder às reformas e recuperar credibilidade”.

Para a ministra, o país tem agora uma “oportunidade única para inverter esta tendência” e defendeu que “é quando a economia recupera que verdadeiramente se impõe ser responsável”.

Ainda sobre o final do Programa de Assistência Económica e Financeira, Maria Luís Albuquerque disse que isso “não afastou os desafios” mas considerou que tornou o país “mais capaz de os enfrentar”, colocando-o “mais perto de os superar”, dando lugar a um “ciclo virtuoso de resultados e de credibilidade”.

A ministra reiterou que este ciclo “contrasta com o facilitismo do passado que comprovadamente resultou numa sucessão de crises” e apelou ao sentido de responsabilidade: “o país tem autonomia para escolher entre estas opções mas tem o dever de escolher com responsabilidade”, disse.

Para Maria Luís Albuquerque, a saída do programa de resgate atesta que “Portugal já provou que o esforço colectivo em reacção a crises é eficaz, mas ainda não demonstrou ser capaz de manter esse empenho reformista em circunstâncias mais favoráveis”, defendendo que é por isso que o país “não foi capaz de evitar que novas crises surgissem”.

O Orçamento do Estado para 2015 foi aprovado dia 25, em votação final global pela maioria PSD/CDS-PP, com os votos contra de todas as bancadas da oposição e dos quatro deputados do PSD eleitos pela Madeira.



Maioria aprova fiscalidade verde

A “verdadeira estratégia pós-troika implica responsabilidade orçamental, reformas estruturais e um quadro de investimento selectivo” em três áreas estratégicas: “o conhecimento, a política industrial e a economia verde”, afirmou o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, na apresentação da proposta de lei sobre a reforma da fiscalidade verde, na Assembleia da República.

“Foi neste contexto, de aposta no crescimento verde, que decidimos avançar com o processo de reforma da fiscalidade verde”, afirmou o ministro, acrescentando dois motivos principais para esta decisão. Em primeiro lugar, “porque é necessário melhorar a eficiência na utilização de recursos, reduzir a dependência energética do exterior, e induzir padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, reforçando a liberdade e responsabilidade dos cidadãos e das empresas”, explicou Jorge Moreira da Silva. Em segundo lugar, “a reforma fiscal verde insere-se num objectivo mais abrangente de promoção de uma política fiscal mais alinhada com os objectivos de crescimento e de emprego”, acrescentou o ministro, realçando: “Temos de ousar romper com visões conservadoras que nos acompanham há demasiado tempo. É tempo de assumir uma resposta estrutural para problemas estruturais”.

“Este não é um debate sobre finanças públicas e fiscalidade. Este não é um debate sobre política energética e ambiental. Este é, essencialmente, um debate sobre um novo modelo de desenvolvimento, de crescimento e de emprego”, referiu também Jorge Moreira da Silva.

O ministro do Ambiente criticou o “conservadorismo” das bancadas e afirmou: “Não perco a esperança de ainda conseguirmos ter um acordo, ainda temos algum tempo na especialidade. Da parte do Governo existe uma total disponibilidade para melhorar a proposta”.

A fiscalidade verde deverá assim contribuir não apenas, como em 2015, para o desagravamento dos impostos sobre o rendimento do trabalho e das famílias, mas também, como analisou a Comissão de Reforma, para a atribuição de créditos fiscais às empresas em investimentos em eficiência energética.

Dos partidos da maioria, o deputado do PSD Duarte Pacheco fez um “último apelo” ao consenso, considerando que estas reformas são “demasiado importantes para ser aprovadas apenas pela maioria”, e o deputado do CDS-PP Nuno Magalhães recusou que as reformas beneficiem os contribuintes com rendimentos mais elevados, afirmando que “é preciso que os portugueses saibam que o BE, o PCP e o PS são contra a dispensa de declarações para mais de dois milhões de portugueses”, medida prevista na reforma do IRS.

A maioria parlamentar aprovou na generalidade os diplomas do Governo sobre o IRS e a Fiscalidade Verde, que mereceram a abstenção do PS e a oposição do Bloco de Esquerda, do PCP e de Os Verdes.



Aprovação de programas operacionais está em fase de conclusão



O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional reafirmou que “estará por dias” a aprovação dos programas operacionais, afirmando que dependerá “da própria celeridade” da Comissão Europeia e referindo que “já foram abertos concursos no âmbito do Portugal 2020”. “Eles [programas operacionais] estão neste momento já a fazer a sua circulação interna entre os vários serviços da Comissão Europeia e penso que estará por dias a sua aprovação por parte da Comissão Europeia, sendo que essa aprovação depende da própria celeridade da própria Comissão Europeia”, informou Poiães Maduro, em Matosinhos, à entrada para uma reunião do Conselho Superior Associativo da AEP, Matosinhos.

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional reiterou que o Governo “já começou a abrir alguns concursos”, mas salientou que existe uma área “de apoio às empresas que está dependente do ponto de vista jurídico, formal, da aprovação do próprio programa operacional por parte da Comissão Europeia”.

“Mas esperamos estar para muito breve. Antes do final do ano esperamos que isso aconteça para termos os fundos a apoiar todas as áreas da nossa economia e, em particular, o investimento”, adiantou o governante.

Confiança dos consumidores sobe para máximo de 2002

O indicador de confiança dos consumidores portugueses voltou a aumentar em Novembro, atingindo o valor mais elevado desde Maio de 2002, enquanto o clima económico diminuiu ligeiramente, depois de ter estabilizado no valor máximo desde Julho de 2008. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o indicador de confiança dos consumidores (calculado através de inquéritos a particulares) melhorou em Novembro, alcançando os -22,3 pontos (-24,0 pontos observados em Outubro) e atingindo o valor mais elevado desde Maio de 2002 e prolongando a acentuada tendência ascendente observada desde o início de 2013.

Saldo comercial com PALOP sobe 272 por cento

O saldo da balança comercial de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) subiu 272 por cento até Setembro deste ano face ao mesmo período de 2013, de acordo com os dados da AICEP. Os dados da Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), com base nos números do Instituto Nacional de Estatística (INE), revelam que o saldo da balança comercial passou de 476,3 milhões de euros, nos primeiros três trimestres do ano passado, para 1.487,2 milhões, nos primeiros nove meses deste ano, o que revela uma subida de 272 por cento. A variação dos números, a que a Lusa teve acesso, explica-se quase na totalidade pela forte diminuição das importações neste período, que tiveram uma queda de 44,8 por cento, tendo passado de 2,2 mil milhões, de Janeiro a Setembro de 2013, para 1,2 milhões, no mesmo período deste ano.

As importações de Portugal são, na sua esmagadora maioria, de combustíveis, que valeram, no ano passado, 2.627 milhões dos 2.631 milhões de euros de bens e serviços comprados por Portugal aos PALOP. É aqui que está a chave para a queda das importações nos primeiros nove meses deste ano: Portugal comprou a Angola apenas 1,1 mil milhões de euros de bens e serviços, na sua grande maioria petróleo, ao passo que de Janeiro a Setembro do ano passado tinha comprado 2.165 milhões, o que representa uma queda de 44,8 por cento, equivalente a quase menos 970 milhões de euros de compras.

Conselho de Ministros de 27 de Novembro

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que transpõe directivas relativas aos sistemas de garantia de depósitos e ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, alterando ainda a Lei Orgânica do Banco de Portugal e o Código dos Valores Mobiliários.

No quadro do aprofundamento da União Bancária, é revisitado o enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento, contendo normas relativas aos processos de recuperação e resolução de instituições.

O Banco de Portugal vê reforçados os critérios de avaliação relativos aos planos de recuperação e à resolubilidade de instituições de crédito e de grupos, bem como os poderes para corrigir deficiências à execução dos planos de recuperação e para eliminar ou mitigar constrangimentos à resolubilidade.

É também fortalecido o princípio de que os prejuízos de uma instituição de crédito devem ser assumidos prioritariamente pelos seus accionistas e, de seguida e em condições equitativas, pelos seus credores, de acordo com a graduação dos seus créditos em caso de insolvência.

Ao nível sancionatório, procede-se ao ajustamento do elenco de infracções, prevê-se a comunicação do início da averiguação ou instrução do processo às entidades de resolução e de supervisão dos Estados-Membros da União Europeia.

2. O Conselho de Ministros aprovou, no uso de uma autorização legislativa da Assembleia da República, a reforma do regime de tributação dos organismos de investimento colectivo, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Código do Imposto do Selo.

É, assim, alterado o regime de tributação aplicável aos fundos de investimento mobiliário, fundos de investimento imobiliário, sociedades de investimento mobiliário e sociedades de investimento imobiliário, no que respeita ao enquadramento fiscal aplicável aos rendimentos auferidos por essas entidades e pelos respectivos titulares de unidades de participação e sócios.

Passa a aplicar-se, como regra, o método de tributação «à saída», com tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas os rendimentos auferidos pelos investidores, isto em oposição ao regime anterior que se caracterizava pela tributação dos rendimentos e mais-valias efectivas auferidos pelos fundos e sociedades de investimento, isentando os rendimentos auferidos pelos investidores.

3. O Conselho de Ministros aprovou a extinção do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Tendo sido estabelecidas as condições de base para regularização das dívidas aos fornecedores no âmbito do SNS, importa agora responsabilizar cada entidade pela gestão dos seus fundos disponíveis, não se justificando a intervenção do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde no sistema de pagamentos, pelo que está esgotada a finalidade para o qual foi criado.

Recorde-se que para responder ao avultado stock da dívida a fornecedores externos existente no SNS em 2011, foi executado um programa de regularização de dívidas, ao abrigo do qual foram já pagas aproximadamente 60% do total das dívidas existentes naquele ano. Paralelamente, procedeu-se à recapitalização de hospitais.

4. O Conselho de Ministros aprovou a constituição da MM - Gestão Partilhada, E.P.E., com a natureza de entidade pública empresarial, por integração do estabelecimento fabril do Exército denominado Manutenção Militar, que é extinto.

A MM - Gestão Partilhada, E.P.E., é vocacionada para o reabastecimento de víveres, alimentação confeccionada, fardamento e gestão das messes militares. A integração da Manutenção Militar é feita com salvaguarda do património e com integral respeito pelos direitos associados ao vínculo público dos trabalhadores.

5. O Conselho de Ministros extinguiu a servidão militar constituída sobre a área de terreno confinante com o prédio militar n.º 7/Aveiro - Quartel de Sá.

As instalações em questão são desactivadas enquanto infra-estruturas militares, não se perspectivando o seu futuro uso para fins militares.

6. O Conselho de Ministros aprovou as condições que devem ser observadas no contrato de transporte rodoviário de passageiros e bagagens, em serviços regulares, bem como o regime sancionatório pelo incumprimento das normas do Regulamento da União Europeia respeitante aos direitos dos passageiros no transporte de autocarro.

Estas alterações visam ajustar a legislação nacional, respondendo ao novo enquadramento normativo europeu sobre a prestação de serviços de transporte.

7. O Conselho de Ministros aprovou o processo de formação e avaliação dos navegadores de recreio, a emissão das respectivas cartas, bem como a credenciação e fiscalização das entidades formadoras, o regime aplicável à actividade profissional dos marítimos e à fixação da lotação das embarcações.

Estas alterações visam a remuneração dos membros do júri que realizem exames de avaliação dos navegadores de recreio e exames para atribuição de determinados certificados profissionais dos marítimos, quando esses elementos do júri não estejam vinculados na Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

Prevê-se que este novo enquadramento legal anule as dificuldades até agora verificadas na constituição dos júris, permitindo a realização célere dos exames de atribuição das cartas e certificações.

8. O Conselho de Ministros aprovou a transposição da directiva da União Europeia relativa ao nível mínimo de formação dos marítimos.

Esta directiva introduz na legislação europeia as «Emendas de Manila» à Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para os Marítimos (STCW), emendas que consistem na adopção de medidas relativas à prevenção contra práticas fraudulentas em matéria de certificados, às normas médicas, à formação em matéria de protecção (inclusive no que diz respeito a actos de pirataria e assaltos à mão armada), à formação em questões relacionadas com a tecnologia e a requisitos para os marítimos qualificados.

9. O Conselho de Ministros actualizou os limites para a emissão de empréstimos públicos, em execução do Orçamento do Estado para 2014.

Esta actualização justifica-se pela melhoria, na zona euro, das condições de acesso ao mercado pelos países soberanos e da redução dos seus custos de financiamento, revelando-se conforme ao interesse público alongar as maturidades dos títulos da carteira de dívida pública.

10. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, de forma a actualizar o elenco de membros do Governo na sequência das nomeações, a 19 de Novembro passado, da Ministra da Administração Interna e de dois Secretários de Estado.

11. O Conselho de Ministros aprovou ainda uma resolução em que delega na Ministra da Administração Interna a competência para a prática dos actos decorrentes de anteriores resoluções, cuja delegação de poderes se extinguiu com a mudança do Ministro da Administração Interna.



Governo dos Açores parece “orquestra do Titanic”

O presidente do PSD/Açores considera que o Governo Regional parece a “orquestra do Titanic quando o navio se afundava” e que o único “sinal de esperança” para os açorianos vem da República. Duarte Freitas falava na abertura do debate do Plano e Orçamento dos Açores para 2015, no Parlamento regional, e mostrou-se “pas-mado com o discurso” que o vice-presidente do Governo Regional tinha acabado de fazer, para apresentar os documentos em análise. “Parecia, de facto, a orquestra do Titanic quando o navio se afundava. Nem uma palavra como deve ser sobre os desempregados”, declarou Duarte Freitas, que sublinhou que o desemprego nos Açores “cada vez diverge mais” dos números nacionais.

O líder do maior partido da oposição nos Açores lamentou, também, que Sérgio Ávila não tenha dedicado “nem uma palavra” aos “dois terços de açorianos que vivem com menos de 530 euros por mês, no limiar da pobreza”, aos “dois terços de crianças” que nas escolas das ilhas “necessitam de apoio da acção social escolar” ou sobre “os 40 por cento de desemprego jovem” na região.

“Destá maneira, anunciando o maior plano de sempre atrás do maior plano de sempre, como se tudo fosse cor-de-rosa, estamos perante a maior crise económica e social dos Açores. E sobre isto, nada de novo traz o Governo [Regional]”, venceu, reiterando que o PSD vai votar contra o Plano e Orçamento da região para 2015.

Duarte Freitas sustentou também, que ao Governo dos Açores não têm faltado “oportunidades”, “diálogo” com os parceiros, “contributos” da oposição e até dinheiro. “O que faltou foi capacidade para ajudar os açorianos. E é por isso que hoje podemos dizer que não vai ser esta governação socialista que vai resgatar as vítimas da governação socialista”, acrescentou.



Para Duarte Freitas, o “sinal de esperança” de que os açorianos precisam não vem do Governo Regional, mas de fora e “apesar do governo socialista” da região, apontando a baixa de impostos que poderá haver em 2015 nos Açores com a reposição do diferencial fiscal de 30% (no âmbito do orçamento do Estado), a diminuição das tarifas aéreas, o aumento do salário mínimo e “os fundos comunitários a rolar”.

O PSD vai votar contra o Plano e Orçamento dos

Açores de 2015, mas, ainda assim, apresentou propostas de alteração aos documentos que “abrange 80 mil açorianos numa situação de fragilidade”, reafirmou Duarte Freitas, sublinhando que a prioridade do partido é “o social”.

“E isto apenas com três casas da autonomia em termos financeiros”, afirmou, numa referência ao projecto de criação da Casa da Autonomia no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada.

Incompetência na gestão cultural

O PSD/Açores lamenta que o sector da Cultura esteja a ser dirigido “de forma incompetente na região”, referindo que “bem podíamos recuar aos incumprimentos herdados dos governos anteriores, mas basta a presente legislatura para concluir que o mesmo governo não cumpre o que ele próprio promete”, afirmou o deputado José Andrade.

O social-democrata elencou “três exemplos representativos, entre tantos outros possíveis”, lembrando que, “no Plano para 2013, o governo garantiu que a nova Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, o Núcleo de Santo André do Museu Carlos Machado e o Centro de Artes Contemporâneas “Arquipélago” seriam intervenções a finalizar em todos os seus domínios”.

“Passou o ano de 2013 e o governo não cumpriu nenhuma dessas intenções, pelo que, no Plano para 2014, o mesmo governo garantiu a finalização dos mesmos equipamentos e a sua entrada progressiva em funcionamento”, disse José Andrade.

“Afinal passou o ano de 2014 e o governo, mais uma vez, não cumpriu os seus próprios compromissos. O Centro “Arquipélago” está fechado, a Biblioteca de Angra está parada, o Museu Carlos Machado nem começou”, adiantou.

O deputado reforçou a crítica, dizendo que, “o PS está no governo há 18 anos, há 5 anos que não consegue acabar a obra da Biblioteca de Angra, e há 8 anos que não consegue começar a obra do Museu Carlos Machado”.

“O que o governo diz, não se escreve. E o que escreve, não se faz”, acrescentou José Andrade.

“E é este governo que nos quer agora convencer da bondade de uma dotação orçamental de 2 milhões e 400 mil euros para a Dinamização das Actividades Culturais nos Açores. Na verdade, todas as associações e todas as manifestações de todas as 9 ilhas vão receber menos – muito menos – do que os quase 3 milhões de euros que o governo regional destina, só num ano, para a Casa da Autonomia da senhora Dra. Luísa César”, lamentou.

José Andrade dirigiu-se ainda ao novo responsável pela Cultura nos Açores - Avelino Meneses -, referindo que “custa-nos que uma pessoa como o senhor se preste a esse papel. Mas compreendemos bem que uma pessoa que não foi capaz de mexer com o director do Museu de Angra, não consiga mexer com a presidente da estrutura de missão para a Casa da Autonomia”, concluiu.



PSD/Açores formaliza propostas para ajudar açorianos mais pobres

O PSD/Açores entregou no Parlamento regional um conjunto de dez propostas destinadas a “melhorar um pouco a vida de cerca de oitenta mil açorianos que enfrentam actualmente grandes dificuldades, mas também a ajudar sectores como a Agricultura e as Pescas ou a Universidade dos Açores”.

As propostas apresentadas têm como objectivo “ajudar os açorianos mais pobres com o reforço dos complementos de pensão e com a criação do complemento ao Rendimento Social de Inserção para crianças e jovens, o aumento do complemento ao abono de família, a concretização uma estratégia efectiva de combate às listas de espera cirúrgica e o apoio à investigação dedicada da Universidade dos Açores ou a sectores fundamentais da economia como são os casos da Agricultura e das Pescas”.

As propostas formalizadas na semana passada pelos sociais-democratas açorianos têm um impacto orçamental de cerca de 9 milhões de euros e representam “a escolha de prioridades”.

Para o PSD/Açores, “é urgente devolver rendimentos aos açorianos, ter um governo que gaste menos e decida bem os investimentos que realiza. Um governo que não desbarate milhões, enquanto os açorianos vivem de tostões”.



Número 570 • 2 de Agosto de 1985 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS A DEPUTADOS DO PSD



REMAR PARA O MESMO LADO

Na sua intervenção final acerca da escolha dos candidatos a deputados pelo PSD, no último Conselho Nacional, o Prof. Cavaco Silva, líder do nosso Partido, sintetizou lapidarmente o espírito de unidade que deve presidir à próxima campanha eleitoral, reiterando esta palavra de ordem: «Temos de remar todos para o mesmo lado».

Remar para o mesmo lado significa pôr os interesses do País acima de tudo.

Remar para o mesmo lado significa não se desviar da bússola da social-democracia.

Remar para o mesmo lado significa seguir o rumo indicado por quem está ao leme, com disciplina e sentido de serviço.

Remar para o mesmo lado significa, enfim, respeitar as regras democráticas, que impõem sempre a vontade da maioria.

Os militantes, os dirigentes, os candidatos do nosso Partido têm, neste momento, que cerrar fileiras. O que está em causa, na próxima campanha eleitoral, é a vitória do PSD: das suas ideias, do seu programa, dos seus projectos e daqueles que os encarnam.

Possamos nós hoje dizer, como Raul Proença escreveu um dia: «Nós criámos e remámos sempre para a frente, sem nos importarmos com os baixéis e os saltos dos rios!».

J.A.S.

CAVACO SILVA EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA:

- **“O PSD SÓ IRÁ PARA O GOVERNO SE GANHAR AS ELEIÇÕES”**
- **“VAMOS RETOMAR A ESPERANÇA DE 1980”**

CRITICADA ACTUAÇÃO DE MEMBROS DO GOVERNO DO PS E FALTA DE ISENÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ESTATIZADOS

(PÁGINA 9)



Uma Agenda Pós-Troika

Jaime Quesado (*)

Portugal tem que apostar de forma clara numa Agenda Pós-Troika. O Orçamento para 2015 e as políticas públicas associadas deverão ser o primeiro sinal na construção duma verdadeira Agenda Pós-Troika. A Agenda Pós-Troika deverá assentar na Inovação e Criatividade como factores centrais de uma nova confiança, de uma ambição global, de uma capacidade de construir soluções para novos problemas. Uma Sociedade da Inteligência. Precisamos dessa atitude em Portugal e por isso impõe-se uma cultura de mudança. Portugal tem que acreditar que há um momento depois da troika e que a sociedade está preparada para os seus desafios.

Os conhecidos baixos índices de "capital estratégico" no nosso país e a ausência de mecanismos centrais de "regulação positiva" têm dificultado o processo de afirmação dos diferentes protagonistas desta Agenda Pós-Troika. Independentemente da riqueza do acto de afirmação individual da criatividade, numa sociedade do conhecimento, importa de forma clara "pôr em rede" os diferentes actores e dimensioná-los à escala duma participação global imperativa nos nossos tempos. Apesar dos resultados de iniciativas diversas na área da política pública, vocacionadas para posicionar o território no competitivo campeonato da inovação e conhecimento, falta uma estratégia transversal.

A consolidação do novo papel da Agenda Pós-Troika entre nós passa em grande medida pela efectiva responsabilidade nesse processo dos diferentes actores envolvidos – Estado, Universidade e Empresas. No caso do Estado, no quadro do processo de reorganização em curso e de construção dum novo paradigma tendo como centro o cidadão-cliente, urge a operacionalização de uma atitude de mobilização activa e empreendedora da revolução do tecido social. A Reinvenção Estratégica do Estado terá que assentar numa base de confiança e cumplicidade estratégica entre os "actores empreendedores" que actuam do lado da oferta e os cidadãos que respondem pela procura.

Cabe naturalmente às empresas um papel claramente mobilizador na afirmação da Agenda Pós-Troika em Portugal. Pelo seu papel central na criação de riqueza e na promoção de um processo permanente de reengenharia de inovação nos sistemas, processos e produtos, será sempre das empresas que deverá emergir o "capital expectável" da distinção operativa e estratégica dos que conseguirão ter resultados com valor alavancado na competitiva cadeia do mercado. Aqui a tónica tem mais do que nunca que ser pragmática, como demonstram as sucessivas acções externas realizadas recentemente.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ÉVORA / DISTRIITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora, para reunir, no próximo dia 11 de Dezembro de 2014, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Balanço actividades desenvolvidas
- 3 – Análise da situação política actual
- 4 – Outros assuntos

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Évora, para reunir, no próximo dia 18 de Dezembro de 2014, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações gerais
- 2 – Discussão do Orçamento e do Plano de Actividades para 2015
- 3 – Análise da situação política local
- 4 – Análise da situação política nacional
- 5 – Outros assuntos

ÉVORA / DISTRIITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Évora para reunir, no próximo dia 16 de Janeiro de 2015 (Sexta-feira) pelas 18h00, em todas as sedes das secções do Distrito, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- Ponto único – Eleição dos órgãos Distritais
 - Mesa da Assembleia Distrital
 - Comissão Política Distrital
 - Conselho de Jurisdição Distrital
 - Comissão Distrital de Auditoria Financeira
 - Delegados à Assembleia Distrital
- Local de voto das Secções
 - Alandroal – Rua Dr. Manuel Xavier – Sala dos Bombeiros Voluntários de Alandroal
 - Arraiolos – Rua Melo Mexia, 5 – sala de reuniões da J. F. Arraiolos
 - Borba – Rua Visconde de Gião, 64
 - Estremoz – Largo Dragões de Olivença, 89
 - Évora – Rua Cândido dos Reis, nº 48 (sede Distrital)
 - Montemor-o-Novo – Rua Horácio Macedo, nº 28 - B Mora – Rua Nova nº 48
 - Mourão – Rua de Olivença, nº 6 Luz
 - Portel – Rua Cândido dos Reis nº 48 – Évora (sede Distrital)
 - Redondo – Monte do Zambujeiro
 - Reguengos de Monsaraz – Rua Serpa Pinto, 15
 - Vendas Novas – Largo Serpa Pinto, nº 13 (sede provisória)
 - Viana do Alentejo – Rua Cândido dos Reis, 32
 - Vila Viçosa – Rua de Estremoz, 3
 - Notas
 - As listas de candidatura aos Órgãos Distritais deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48 Évora, que se encontra aberta para o efeito até às 24h00.
 - As Listas de candidatura a delegados de Secção, devem ser entregues aos Presidentes das Mesas das Assembleias de Secção correspondentes, ou, a quem estatutariamente os possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, nas respectivas sedes.
 - As urnas estão abertas, em cada Secção, das 18h00 às 23h00

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 12 de Dezembro de 2014, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 - Análise da situação política

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Janeiro de 2015, (sábado) pelas 17h00 na sede sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Sessão.
- Nota
 - As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (14 de Janeiro)
 - As urnas estão abertas das 17h00 às 22h00

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila real, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2014, (quarta-feira) pelas 21h00 na sede sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Análise da situação política
- 2 – Outros assuntos

**DESCONVOCAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE AVEIRO**

Ao abrigo do nº1 al. c) do artigo 114º em conjugação com a al. c) do nº1 do artigo 113º dos Estatutos Nacionais da JSD, desconvoca-se o Conselho Regional, agendado para o dia 6 de Dezembro 2014 (Sábado), pelas 15 horas, no auditório da sede da Junta de Freguesia de Espinho, sito na Rua 23 nº 271,4500-141 Espinho, com o ponto único: Discussão e votação de moção de censura à Comissão Política Regional da JSD de Aveiro por motivo de perda de mandato do órgão.

NÚCLEO DE FIÃES (SANTA MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Fiães para reunir no próximo dia 3 de Janeiro de 2015, pelas 18h, na sede do PSD/JSD Fiães, sita na Rua Luís de Camões nr 215, código postal 4505- 357 Fiães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições dos órgãos do Núcleo Residencial- Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

As eleições deverão ocorrer entre as 18h00m e as 20 horas.

MOITA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta concelhia para reunir no dia 10 de Janeiro de 2015, das 15h00 às 17h00, na Rua Teófilo Braga - Moita, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos concelhios e delegados ao conselho regional, na concelhia da Moita;

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VALONGO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da concelhia JSD Valongo para reunir no próximo dia 21 de Dezembro de 2014, (Domingo) pelas 19 horas, na sede de concelhia do Partido Social Democrata e Juventude Social Democrata de Valongo, sita na rua Rodrigues de Freitas, nr. 880 Ermesinde-Valongo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Informações.

POR LAPSO DOS SERVIÇOS AS 2 CONVOCATÓRIAS SEGUINTE PERTENCEM AO POVO LIVRE DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014, PELO FACTO PEDIMOS AS NOSSAS DESCULPAS**OLHÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos

aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Olhão, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro (Sábado), pelas 15h00, na Sede do PSD Olhão, sita na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, nº23 - R/C Dto., em Olhão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário Concelhio da JSD Olhão.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho

Regional, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59

do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas

dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das

respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se

informa que as urnas estarão abertas por um período de três horas, a

saber: 15h00 – 18h00.

NÚCLEO DE QUARTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos

aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD Quarteira, para reunir no próximo dia 23 de Dezembro (Terça Feira), pelas 18h00, na Sede do PSD Núcleo de Quarteira, sita na Avenida Dr. Carlos Mota Pinto, Centro Comercial MiraVila, em Quarteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário da JSD

Núcleo de Quarteira

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho

Regional, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59

do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas

dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das

respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se

informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a

saber: 18h00 – 20h00.



XXIII CONGRESSO NACIONAL DA JSD - BRAGA

12,13 E 14 DEZEMBRO 2014

VOTANTES

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
Delegado	197279	Adolfo Jácome Manso	Viana do Castelo	Viana do Castelo
Delegado	132953	Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos	Açores	Santa Cruz da Graciosa
Delegado	194072	Adriana Emanuela Fernandes da Silva	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado	189037	Afonso João Pires da Silva Martins Leitão	Guarda	Seia
Delegado	162816	Agostinho Manuel Pinho de Oliveira	Aveiro	Murtosa
Delegado	215383	Alberto Miguel Neto Ferreira	Porto	Lousada
Delegado	209841	Alexandra Isabel Coelho Videira	Évora	Vendas Novas
Delegado	209789	Alexandra Martins Ramalho	Porto	Gondomar
Delegado	193238	Alexandre Emanuel Marques Figueira	Madeira	Câmara de Lobos
Delegado	213000	Alexandre Orfão Neto	Leiria	Leiria
Delegado	195489	Alfredo José Capela Gonçalves	Vila Real	Boticas
Delegado	205037	Álvaro Eugénio Chaves da Silva	Madeira	São Vicente
Delegado	155410	Álvaro Miguel Ferreira Ferreira	Aveiro	Oliveira do Bairro
Delegado	214601	Américo Ricardo Ribeiro Moreira	Porto	Marco de Canaveses
Delegado	212578	Ana Beatriz Batista Seco	Coimbra	Arganil
Delegado	203514	Ana Catarina Neves Portela	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado	214968	Ana Cláudia da Costa Brites	Braga	Celorico de Basto
Delegado	202471	Ana Cristina da Silva Cortez	Braga	Barcelos
Delegado	163666	Ana Cristina Mesquita Ferreira Neves	Porto	Vila do Conde
Delegado	206211	Ana Cristina Ribeiro de Jesus	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado	202540	Ana Delfina Teixeira Aires	Porto	Lousada
Delegado	195444	Ana Filipa Nascimento Antunes	Lisboa AM	Loures
Delegado	217034	Ana Filipa Tavares Lopes de Pinho	Aveiro	Oliveira de Azeméis
Delegado	199142	Ana Isabel da Silva Carvalho	Aveiro	Aveiro
Delegado	187109	Ana Isabel de Freitas Lourenço	Porto	Penafiel
Delegado	210203	Ana Isabel Rodrigues da Cunha	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	180453	Ana Luísa Coutinho Martins Delindro	Porto	Gondomar
Delegado	182309	Ana Margarida da Costa Borges Vidigal César	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	193816	Ana Margarida Martins Monteiro	Vila Real	Vila Real
Delegado	157449	Ana Margarida Rodrigues Regalado	Aveiro	Vagos
Delegado	197688	Ana Maria Paulos Pintor	Santarém	Cartaxo
Delegado	174226	Ana Paula Teixeira Ramos	Madeira	Ponta do Sol
Delegado	136161	Ana Raquel da Silva Vidal	Braga	Guimarães
Delegado	168669	Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista	Porto	Amarante
Delegado	173651	Ana Rita Carvalho Simões	Coimbra	Vila Nova de Poiares
Delegado	208753	Ana Rita Lopes Almeida Loureiro	Viseu	Viseu
Delegado	183718	Ana Sofia Martins de Bessa	Porto	Lousada
Delegado	202473	Anabela da Silva Cortez	Braga	Barcelos
Delegado	165513	André Alexandre Lopes Marques	Coimbra	Lousã
Delegado	198452	André David Pinto Assunção	Guarda	Meda
Delegado	214769	André Emanuel Bento Sousa	Leiria	Batalha
Delegado	157553	André Filipe Barreto Carvalho de Brito	Braga	Barcelos
Delegado	182448	André Filipe Martins Vieira	Porto	Porto
Delegado	204527	André Filipe Rosa Morais	Coimbra	Coimbra
Delegado	174133	André Gomes de Queirós	Braga	Esposende
Delegado	152448	André Gustavo Teixeira de Magalhães	Braga	Cabeceiras de Basto
Delegado	196608	André João Vicente Couceiro	Leiria	Vila Nova Grande
Delegado	203233	André Joaquim Paulo Ventura	Évora	Vila Viçosa
Delegado	111238	André O'Neill Morais Gomes	Lisboa AM	Mafra
Delegado	186274	André Pereira Mendes Maurício	Santarém	Vila Nova de Ourém
Delegado	212622	André Rafael Rodrigues Braga	Guarda	Fornos de Algodres
Delegado	141487	Andreia de Fátima Teixeira Barbosa	Porto	Penafiel
Delegado	176210	Andreia Filipa Braz Almeida	Aveiro	Oliveira do Bairro
Delegado	196828	Andreia Filipa Neves Bernardo	Lisboa AM	Sintra
Delegado	213813	Andreia Sofia Cardoso Ferreira	Braga	Barcelos
Delegado	153068	Andreia Sofia Pinheiro Marques	Leiria	Pombal

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
Presidente CPR	192448	Angela Manuel Marques Caeiro	Évora	Évora
Delegado	212656	Ângelo Filipe da Silva Videira dos Santos	Guarda	Pinhel
Delegado	204717	Aníbal Manuel Gomes Alves da Cunha	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	168390	António Amadeu Pereira da Silva	Viseu	Resende
Delegado	176664	António Duarte Teixeira Afonso Rodrigues	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Delegado	157356	António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira	Aveiro	Oliveira de Azeméis
Delegado	132375	António Filipe dos Santos Azevedo Pinho	Aveiro	Mealhada
Delegado	196827	António Francisco da Silva Rodrigues Pimentel	Açores	Lajes do Pico
Delegado	191670	António Gonçalo de São José Carvalho	Coimbra	Cantanhede
Delegado	136974	António Luís Abreu Figueirôa e Silva	Madeira	Funchal
Delegado	195580	António Manuel Sepúlveda Coelho	Braga	Amares
Delegado	203209	António Pedro da Costa Teixeira	Porto	Vila do Conde
Delegado	209016	António Pedro dos Santos Bonet da Graça Vieira	Santarém	Tomar
Delegado	189408	António Pedro Póvoa da Silva Giro	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado	182166	Arlindo José Ferreira da Silva	Porto	Penafiel
Delegado	207579	Armindo Barbosa de Carvalho	Viana do Castelo	Viana do Castelo
Delegado	137997	Artur Miguel Quaresma Pereira Miler	Aveiro	Arouca
Delegado	190860	Bernardo Coelho de Lacerda Machado	Aveiro	Espinho
Delegado	135144	Bernardo Cordeiro Seabra Pereira	Aveiro	Mealhada
Delegado	206827	Bernardo Edgar Serafim Costa	Leiria	Ansião
Delegado	217622	Bernardo Matias Barbosa	Lisboa AM	Loures
Delegado	175721	Bernardo Miguel Severino da Costa	Lisboa AO	Torres Vedras
Delegado	203231	Branca Sofia Ferreira Malheiro	Braga	Vila Verde
Delegado	210954	Bruno Filipe da Cruz Alexandre	Faro	Olhão
Delegado	200472	Bruno Filipe Rodrigues Amaro	Guarda	Vila Nova de Foz Côa
Delegado	203762	Bruno Miguel Caldeira Alves Roldão	Setúbal	Seixal
Delegado	182073	Bruno Miguel Nunes Ferrão	Coimbra	Montemor-o-Velho
Delegado	217025	Bruno Moreira Rodrigues	Aveiro	Oliveira de Azeméis
Delegado	207189	Bruno Pais de Meneses	Coimbra	Figueira da Foz
Delegado	213201	Bruno Ribeiro Rodrigues	Açores	Ponta Delgada
Delegado	176470	Bruno Ricardo da Silva Figueiredo	Viseu	Tondela
Delegado	211786	Carina Isabel Carapeta Chavigas	Portalegre	Sousel
Delegado	213869	Carina Raquel Franco Castro dos Santos	Madeira	Machico
Delegado	174459	Carla Isabel Gomes Martins	Leiria	Ansião
Delegado	159766	Carla Patrícia Gonçalves Nazareth	Lisboa AM	Odivelas
Delegado	170845	Carla Sofia Geiroto Marcelino	Lisboa AM	Odivelas
Delegado	207386	Carlos Alberto Afonso Fernandes	Bragança	Bragança
Delegado	187233	Carlos Alberto Freitas Miranda	Porto	Amarante
Delegado	213557	Carlos Eduardo Amaral Reis dos Santos	Coimbra	Soure
Presidente CPR	179906	Carlos Eduardo Gouveia Martins	Faro	Portimão
Delegado	166594	Carlos Eduardo Soares de Seixas	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado	212664	Carlos Filipe Martins de Carvalho	Faro	Tavira
Delegado	175977	Carlos Manuel Igreja Reis	Braga	Barcelos
Delegado	172851	Carlos Manuel Martins Correia	Braga	Vila Verde
Delegado	213811	Carlos Miguel Boieiro Cunha	Lisboa AO	Arruda dos Vinhos
Delegado	165642	Carlos Miguel da Encarnação Gonçalves	Madeira	Funchal
Delegado	172852	Carlos Tiago Lopes Alves	Braga	Vila Verde
Delegado	204863	Carolina Isabel Ribeiro Silva	Madeira	Funchal
Delegado	152270	Catarina Alexandre Leal Alves	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado	181318	Catarina Antónia da Cunha Nogueira	Porto	Penafiel
Delegado	139432	Catarina Antunes Félix Castelhanos	Leiria	Alcobaça
Presidente CPR	207366	Catarina da Quina Fernandes	Lisboa AO	Torres Vedras
Delegado	204142	Catarina Isabel Rocha Machado	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado	213661	Catarina José Mendonça Fernandes	Madeira	Porto Moniz
Delegado	186260	Catarina Rita Fernandes da Luz	Lisboa AM	Cascais
Delegado	175426	Cátia Daniela Maia da Silva	Porto	Maia
Delegado	167187	Cátia de Jesus Faria Torres	Açores	Ribeira Grande
Delegado	208785	Cátia Helena Teixeira Trindade	Vila Real	Peso da Régua
Delegado	152609	Cátia Raquel Nunes Morais	Coimbra	Oliveira do Hospital
Delegado	192707	Cátia Sofia Fernandes de Castro	Porto	Felgueiras
Delegado	213102	Cátia Sofia Mendes Marcelo	Santarém	Ferreira do Zêzere
Delegado	127665	Cátia Vanessa dos Santos Tavares	Santarém	Rio Maior
Delegado	201004	Célia Alexandra Baptista Andrade	Madeira	Santa Cruz
Delegado	183745	Clara Filomena Teixeira Trigo	Porto	Lousada
Delegado	129566	Cláudia Alexandra Martins de Oliveira	Setúbal	Seixal
Delegado	211903	Cláudia Filipa Sousa Matos	Porto	Lousada
Delegado	185971	Cristiana Ferreira do Rosário	Leiria	Porto de Mós
Delegado	207643	Cristiana Rodrigues Alves dos Santos	Leiria	Alvaiázere
Delegado	180711	Cristiano Augusto dos Santos Magalhães	Porto	Marco de Canaveses
Sec. Geral CPN	132526	Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro	Porto	Lousada
Delegado	116295	Daniel Alexandre Marques Rodrigues	Lisboa AM	Amadora
Delegado	187601	Daniel José Magalhães dos Santos	Porto	Matosinhos
Delegado	177796	Daniela Moreira Espírito Santo Duarte	Lisboa AM	Odivelas
Delegado	172167	David Emanuel Amaro da Rocha	Aveiro	São João da Madeira
Delegado	178671	David Jorge Silva Cardoso de Araújo	Leiria	Figueiró dos Vinhos
Delegado	198654	David José Miranda Teixeira	Coimbra	Mira
Delegado	186994	David Nuno Pato Ferreira	Lisboa AM	Vila Franca de Xira
Delegado	196625	David Tiago Caetano Saraiva	Guarda	Trancoso
Delegado	194774	Diana Patrícia Pessoa Dias	Coimbra	Figueira da Foz
Delegado	214556	Diana Pereira dos Santos	Coimbra	Condeixa-a-Nova
Delegado	154953	Dina Alexandra de Jesus Aguiar	Lisboa AM	Cascais
Delegado	188834	Diogo Cunha Landeiro Manteigas	Lisboa AM	Amadora
Delegado	157510	Diogo da Rocha Geraldês	Lisboa AM	Sintra

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
Delegado	188582	Diogo Domingos Louro	Setúbal	Moita
Delegado	214075	Diogo Emanuel da Costa Brites	Braga	Celorico de Basto
Delegado	211758	Diogo Heitor Cúmano	Portalegre	Castelo de Vide
Delegado	196641	Diogo Humberto Vaz Correia	Bragança	Mirandela
Delegado	170798	Diogo José de Oliveira Nunes	Coimbra	Penacova
Delegado	153023	Diogo José dos Reis Barbosa Marques Leal	Coimbra	Montemor-o-Velho
Delegado	207090	Diogo Miguel Alcaçarenho Rosa	Santarém	Golegã
Delegado	133875	Diogo Miguel Risueno da Cruz Agostinho	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	153336	Diogo Miguel Teixeira Mota	Lisboa AM	Loures
Delegado	194146	Diogo Pernil Almeida	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado	197201	Eduardo Alexandre Menezes Prior de Almeida	Leiria	Batalha
Delegado	175613	Eduardo Joaquim Azinheira Sequeira das Neves	Portalegre	Alter do Chão
Delegado	140655	Eduardo Jorge Cardoso Protásio	Setúbal	Moita
Delegado	213405	Eduardo Nuno Soares Ferreira Machado	Porto	Porto
Delegado	176869	Élio Marques Pereira	Guarda	Pinhel
Delegado	171478	Elisete Perdigão do Nascimento	Vila Real	Vila Pouca de Aguiar
Delegado	190335	Elsa Jocelina Marques	Madeira	Santana
Delegado	186035	Emanuel Joaquim Ferreira Barreiras	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado	213538	Emídio Gonçalves Melo	Açores	Lajes do Pico
Delegado	192305	Emília da Graça Neto Cerdeira	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Delegado	186567	Essi Filipa Leppanen da Silva	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	188287	Fábio Alexandre Pereira Almeida	Aveiro	Anadia
Delegado	216954	Fábio Emanuel Mousinho Pinto	Lisboa AM	Vila Franca de Xira
Delegado	192729	Fábio Luciano Gomes Lacerda	Guarda	Meda
Delegado	199394	Fábio Manuel Castro da Silva	Porto	Póvoa de Varzim
Delegado	203892	Fábio Micael Costa Bernardino	Leiria	Leiria
Delegado	209871	Fábio Miguel Ferreira dos Santos	Santarém	Ferreira do Zêzere
Delegado	193971	Fábio Souto Vidal	Aveiro	Albergaria-a-Velha
Delegado	204820	Fátima Maria Sardinha Ferreira	Madeira	Calheta
Delegado	176929	Fernando Carlos da Costa Melo	Guarda	Fornos de Algodres
Delegado	180099	Fernando Pedro Coutinho Martins Delindro	Porto	Gondomar
Delegado	152656	Fernando Pedro Mouta Monteiro	Porto	Porto
Delegado	193167	Filipa Cordeiro Moreira	Lisboa AM	Oeiras
Delegado	168290	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes	Viseu	Viseu
Delegado	178099	Filipa Rodrigues Marques	Vila Real	Peso da Régua
Delegado	214495	Filipe António Fernandes Faria	Braga	Vila Verde
Delegado	139132	Filipe Barros Pereira Lopes	Braga	Vila Verde
Presidente CPR	111267	Filipe Manuel Avelino Rebelo	Guarda	Meda
Delegado	187385	Filipe Manuel Ferreira dos Santos	Porto	Vila do Conde
Delegado	174752	Filipe Manuel Mateus Sanches	Lisboa AM	Odivelas
Delegado	187826	Filipe Manuel Moreira Gonçalves	Porto	Vila do Conde
Delegado	160941	Filipe Manuel Ribeiro Lopes	Braga	Vizela
Delegado	179805	Filipe Serrano de Oliveira	Santarém	Benavente
Delegado	154565	Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes	Faro	Tavira
Delegado	208139	Filomena Priscila Moniz Velosa	Madeira	Machico
Delegado	194934	Firmino Vila Verde Costa	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado	201600	Flávia Teresa Matos Ramos de Oliveira	Aveiro	Estarreja
Delegado	211857	Flávio da Silva Soares	Açores	Nordeste
Delegado	213358	Flávio Filipe Pires Cipriano	Bragança	Bragança
Delegado	163653	Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano	Coimbra	Montemor-o-Velho
Delegado	111005930	Francisco Grade Ribeiro Dias Martins	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	204373	Francisco José de Sousa Vieira	Porto	Marco de Canaveses
Delegado	201039	Francisco Maria Viseu Gomes da Silva	Setúbal	Alcochete
Delegado	182207	Francisco Nuno Martins Loureiro Teles	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado	193580	Francisco Pedro da Silva Martinho	Lisboa AO	Torres Vedras
Delegado	140902252	Francisco Potier Dias de Sousa Meireles	Santarém	Coruche
Delegado	204718	Francisco Raimundo Canas	Lisboa AM	Cascais
Delegado	212668	Francisco Valente Sarmento	Santarém	Torres Novas
Delegado	154954	Frederico Almeida Nunes	Lisboa AM	Cascais
Delegado	163461	Frederico José da Silva Fernandes	Lisboa AM	Loures
Delegado	178781	Gisela Mateus Martins	Castelo Branco	Oleiros
Delegado	183893	Gonçalo Manuel Sampaio Cunha	Braga	Fafe
Delegado	184746	Gonçalo Miguel Andrade Morais Cristóvão Simões	Coimbra	Coimbra
Delegado	125051	Gonçalo Miguel Leal Cardoso	Setúbal	Sesimbra
Delegado	185332	Gonçalo Miguel Santos de Cruzeiro Camarinhas	Évora	Vila Viçosa
Delegado	210200379	Gonçalo Miguel Veiga da Silva	Lisboa AO	Arruda dos Vinhos
Presidente CPR	133702	Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar	Santarém	Cartaxo
Delegado	213131	Gonçalo Quina Bruno	Portalegre	Alter do Chão
Delegado	205713	Gonçalo Santos Pires Bento	Santarém	Vila Nova de Ourém
Delegado	164224	Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte	Viseu	Tondela
Delegado	213966	Guilherme Gonçalves Duarte	Lisboa AM	Odivelas
Delegado	155173	Guilherme João dos Reis Ribeiro	Santarém	Vila Nova de Ourém
Delegado	157980	Gustavo de Assis Soares Coelho	Madeira	Funchal
Delegado	182817	Gustavo Leite Gama	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado	130726	Helder Jorge Dias Antunes	Castelo Branco	Vila de Rei
Delegado	121408	Helder José de Castro Pereira	Aveiro	Oliveira de Azeméis
Delegado	173044	Helder Manuel Silva Ferreira	Aveiro	Ovar
Delegado	164307	Helder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira	Porto	Maia
Delegado	205829	Helena Catarina Costa Inácio	Aveiro	Ovar
Delegado	161722	Helena Isabel da Silva Rocha	Porto	Penafiel
Delegado	195251	Helena Isabel Rebelo Dias	Aveiro	Sever do Vouga
Delegado	187514	Helena Rosa Esteves Gonçalves	Viana do Castelo	Caminha

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
Delegado	212120	Henrique António Ferreira Lopes Simões	Guarda	Celorico da Beira
Presidente CPN	109957	Hugo Alexandre Lopes Soares	Braga	Braga
Delegado	154307	Hugo José Santos Martins	Leiria	Peniche
Delegado	177048	Hugo Luis Nunes Afonso	Lisboa AM	Sintra
Delegado	117179	Hugo Miguel da Silva Roque	Lisboa AM	Amadora
Delegado	215263	Hugo Miguel Freitas Ribeiro	Porto	Lousada
Delegado	141956	Ilídio Moreira Leite	Aveiro	São João da Madeira
Delegado	206741	Inês Alexandra Monteiro Teixeira Leite	Faro	Vila Real Santo António
Delegado	213156	Inês Madeira Almeida Santos	Coimbra	Coimbra
Delegado	198730	Inês Moreira Lopes Araújo e Gama	Viseu	Mangualde
Delegado	187149	Inês Neto Moreira	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	215147	Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges	Braga	Braga
Delegado	167477	Inês Tavares Rodrigues	Aveiro	Murtosa
Delegado	133768	Irina Alexandra Mendes Martins	Faro	Loulé
Delegado	181187	Iva Antónia dos Ramos Cerqueira da Costa	Viana do Castelo	Ponte da Barca
Delegado	170485	Ivan Manuel Primo Roque Duarte	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	214373	Ivo Manuel Henriques Belchior Dias	Faro	Faro
Delegado	194290	Ivo Manuel Nascimento Farinha	Guarda	Pinhel
Delegado	212582	Ivone Inês de Almeida Sousa Borges	Coimbra	Arganil
Presidente CPR	116857	Joana Catarina Barata Reis Lopes	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	193116	Joana Patrícia Fonseca da Silva	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado	203971	Joana Rita de Sousa Covelo de Abreu	Porto	Amarante
Delegado	194676	João André Marmelo Santana Lopes	Portalegre	Portalegre
Delegado	189098	João António de Sousa Moreira Pinto	Porto	Paredes
Delegado	168079	João António Tavares Pinto Madeira	Coimbra	Oliveira do Hospital
Delegado	178418	João Carlos Carvalhinhos Batista	Aveiro	Albergaria-a-Velha
Delegado	202652	João Carlos da Costa Loureiro	Porto	Maia
Delegado	158039	João Carlos Delgado Nunes	Madeira	Porto Moniz
Presidente CPR	113788	João Carlos Nabais Pinto	Portalegre	Nisa
Delegado	210343	João Diogo Fernandes Ferreira	Braga	Braga
Delegado	204655	João Diogo Ribeiro da Veiga	Porto	Porto
Delegado	167975	João Filipe Andrade Machado	Aveiro	Aveiro
Delegado	206877	João Filipe Carqueja Carreira	Leiria	Pombal
Delegado	212344	João Francisco Valenzuela Tavares Menezes Lopes	Porto	Porto
Delegado	214433	João Guilherme Oliveira Fernandes Moniz Rebelo	Braga	Fafe
Delegado	189341	João Luís Almeida Cunha	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado	190862	João Luís Carrilho das Chagas	Aveiro	Espinho
Delegado	215423	João Manuel de Sousa Pedrosa	Porto	Lousada
Delegado	211548	João Manuel Leitão Lobo de Araújo	Braga	Braga
Delegado	192634	João Manuel Ruivo Matos	Aveiro	Estarreja
Delegado	121405813	João Maria Pereira Cordeiro	Portalegre	Portalegre
Delegado	183230	João Miguel Azevedo Madama	Viana do Castelo	Ponte da Barca
Delegado	215555	João Miguel Cardoso Barbosa	Braga	Guimarães
Delegado	161340	João Miguel Rodrigues Duarte	Coimbra	Lousã
Delegado	157916	João Nuno Gouveia Teles	Porto	Santo Tirso
Delegado	175281	João Nuno Pinheiro Miranda	Porto	Porto
Delegado	171429	João Orlando Travassos Freitas Alcaide	Braga	Braga
Delegado	187066	João Paulo Antunes dos Santos	Leiria	Pombal
Delegado	216974	João Paulo Monteiro Barata	Leiria	Alcobaça
Delegado	162132	João Paulo Rodrigues Machado	Vila Real	Vila Real
Presidente CPR	142137	João Paulo Rodrigues de Oliveira	Coimbra	Coimbra
Delegado	189316	João Pedro Dias da Costa	Porto	Paredes
Delegado	188680	João Pedro Diniz Flor de Oliveira	Santarém	Cartaxo
Delegado	191335	João Pedro Ferreira de Oliveira	Porto	Vila do Conde
Delegado	194883	João Pedro Mestre Rodrigues Barroso	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	208713	João Pedro Oliveira Pinhão Silva Mendes	Braga	Guimarães
Presidente CPR	196215	João Pedro Pinto Semedo Borges	Castelo Branco	Castelo Branco
Delegado	207764	João Pedro Queirós Xará	Aveiro	Oliveira de Azeméis
Delegado	211403	João Pedro Rodrigues Barroso	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado	152659	João Tiago de Lima da Fonseca	Porto	Porto
Delegado	209069	João Tiago Meruje Matias	Castelo Branco	Covilhã
Delegado	141683	João Vasconcelos Barros Rodrigues	Braga	Braga
Delegado	212695	Joel Araújo Alves	Braga	Braga
Delegado	200141	Jorge André Soares Barbosa	Porto	Matosinhos
Delegado	204027	Jorge Augusto Rios Bica de Freitas	Porto	Paredes
Delegado	134907	Jorge Augusto Torres Faria de Freitas	Braga	Guimarães
Delegado	188493	Jorge David Rodrigues Albuquerque José	Guarda	Celorico da Beira
Delegado	181272	Jorge Manuel Rodrigues da Silva	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado	162094	José Amável Diegas Borges	Vila Real	Vila Pouca de Aguiar
Delegado	134321	José António Ferreira Lopes de Sousa	Porto	Felgueiras
Delegado	195817	José António Morgado Benjamim	Évora	Évora
Delegado	209829	José António Ribeiro da Costa	Viana do Castelo	Ponte da Barca
Delegado	202208	José Augusto Aguiar Pereira	Porto	Marco de Canaveses
Delegado	215429	José Carlos Ferreira Magalhães	Porto	Lousada
Delegado	182751	José Carlos Leal Ribeiro da Silva	Porto	Lousada
Delegado	177643	José David Rodrigues Santiago	Guarda	Trancoso
Delegado	208483	José Filipe Seabra Pereira Duarte Moura	Aveiro	Mealhada
Delegado	154419	José Hernâni Gouveia Gomes	Madeira	Ribeira Brava
Delegado	139901	José João Rodrigues Marques Fernando	Santarém	Santarém
Delegado	208688	José Miguel Antunes Martins Vitorino	Santarém	Abrantes
Delegado	140737	José Miguel Filipe Baptista	Santarém	Entroncamento
Delegado	206966	José Miguel Lucas Simões	Coimbra	Miranda do Corvo

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
Delegado	119607	José Miguel Teixeira dos Reis	Braga	Guimarães
Delegado	165673	José Nuno de Freitas Pato Afonso Dias	Santarém	Cartaxo
Delegado	180908	José Paulo Quaresma Pereira Miler	Aveiro	Arouca
Delegado	187732	José Pedro Barreto Simões	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	200749	José Pedro Maia dos Reis	Porto	Trofa
Delegado	189016	José Ricardo Elias Pereira Lopes	Santarém	Rio Maior
Delegado	194855	José Vitor Lopes Martins	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado	137459	Juliana Vasconcelos da Cunha	Açores	Santa Cruz da Graciosa
Delegado	203919	Júlio César de Magalhães Pereira	Porto	Penafiel
Delegado	181900	Júlio Romeu dos Santos de Jesus	Vila Real	Chaves
Delegado	184220	Laura Alexandra de Lima Borges	Açores	Vila Praia da Vitória
Presidente CPR	135823	Leandra Margarida Prata Cordeiro	Viseu	Santa Comba Dão
Delegado	205005	Lídia Mariana Teles de Abreu	Madeira	Ribeira Brava
Delegado	176691	Liliana Esgueira dos Santos	Aveiro	Oliveira do Bairro
Delegado	196101	Liliana Fidalgo Dias	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	215792	Liliana Maria Farinha da Silva	Portalegre	Nisa
Delegado	209320	Lorena Dieguez Souza	Faro	Faro
Delegado	202293	Luís Alexandre Serras de Sousa	Santarém	Vila Nova de Ourém
Delegado	206669	Luis Carlos Cardoso Correia	Viseu	Cinfães
Delegado	214394	Luis Carlos Fonseca Rebelo	Guarda	Vila Nova de Foz Côa
Delegado	172983	Luis Carlos Nascimento Gonçalves	Madeira	São Vicente
Delegado	184236	Luis Carlos Santos Dias	Vila Real	Boticas
Delegado	210714	Luis Filipe Alcaide Antunes	Coimbra	Mira
Delegado	215899	Luis Filipe Baptista Teixeira	Porto	Lousada
Delegado	206074	Luis Filipe Cruz Gomes	Leiria	Caldas da Rainha
Presidente CPR	110265	Luís Filipe dos Santos Coelho	Vila Real	Vila Real
Delegado	179459	Luis Manuel Brito da Silva Carvalho	Braga	Amares
Delegado	211148	Luis Maria Nunes dos Santos	Évora	Évora
Delegado	204324	Luis Miguel Bettencourt da Silva	Açores	Angra do Heroísmo
Delegado	207159	Luis Miguel Fernandes Teixeira	Bragança	Mogadouro
Delegado	176132	Luis Paulo Ramos Freitas	Açores	Ponta Delgada
Delegado	171627	Mafalda Ascensão Cambeta	Lisboa AM	Lisboa
Presidente CPR	177372	Mafalda Rodrigues Nunes Ponte	Açores	Ponta Delgada
Delegado	208798	Magno Manuel Gonçalves Pereira	Porto	Matosinhos
Delegado	30808661	Manuel Afonso Lopes Gouveia Lança	Braga	Guimarães
Delegado	174959	Manuel José Barbosa Gomes	Porto	Paredes
Delegado	164945	Manuel Maria Lagos Pedroso	Santarém	Santarém
Delegado	208037	Mara Alexandra da Cunha Silva Alves	Braga	Vila Verde
Delegado	195739	Marc Alexandre Manteigas Gamelas	Aveiro	Vagos
Delegado	176177	Marcelo Fabrício Alves Pereira	Madeira	Ribeira Brava
Delegado	186267	Marcelo Fernando Teixeira Fonseca dos Santos	Lisboa AM	Cascais
Delegado	204248	Marcelo Teófilo Gil	Leiria	Alcobaça
Delegado	206102	Márcia Filipa Caldeira Nunes	Castelo Branco	Sertã
Delegado	177993	Márcio Paulo Carrulo Morais	Viseu	Armamar
Delegado	183529	Marco Afonso da Cunha Martins Barbosa	Porto	Póvoa de Varzim
Delegado	178917	Marco André Rodrigues Dias	Porto	Porto
Delegado	137036	Marco António Alves São Martinho Gomes	Castelo Branco	Fundão
Delegado	173755	Marco Bruno Barros Correia	Porto	Maia
Delegado	186533	Marco José Marreiro	Faro	Portimão
Delegado	210373	Marcos André Faria da Silva	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado	179719	Margarida Rosália Teixeira Ramos	Madeira	Ponta do Sol
Delegado	210214	Maria Ana Ribeiro Pais	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	197264	Maria Beatriz Pinto Oliveira Vasconcelos Freitas	Braga	Vizela
Delegado	192711	Maria de Fátima Fernandes de Castro	Porto	Felgueiras
Delegado	213044	Maria do Céu Brandão Azevedo	Porto	Marco de Canaveses
Delegado	216527	Maria Inês Crisóstomo Bernardino	Santarém	Rio Maior
Delegado	170497	Maria Inês Tavares da Silva Gonçalves	Porto	Vila do Conde
Delegado	204702	Maria João Esteves Magalhães	Porto	Valongo
Delegado	171744	Maria Madalena Moutinho Nogueira dos Santos	Porto	Maia
Delegado	110705808	Maria Rita Ribeiro V. Pereira dos Santos	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	187196	Mariana Silva de Máximo Contreira	Setúbal	Seixal
Delegado	213384	Marina Maria Loureiro da Silva Martins	Faro	Albufeira
Delegado	196655	Mário José Carvalho Gomes	Vila Real	Vila Real
Delegado	110705932	Mário Monteiro Neves	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	192500349	Mário Ricardo Andrade Chaves Gouveia	Açores	Ribeira Grande
Delegado	215005	Marisa Isabel Arede Freixinho	Aveiro	Albergaria-a-Velha
Delegado	164242	Marta Daniela da Silva Antunes	Viseu	Tondela
Delegado	201292	Marta Filipa Fernandes Rosa Rodrigues	Lisboa AM	Sintra
Delegado	199361	Marta Filipa Peixoto Vieira	Porto	Penafiel
Delegado	212063	Marta Isabel Dias Inverneiro	Porto	Valongo
Delegado	173421	Marta Isabel Gomes Freitas Nunes	Madeira	Funchal
Delegado	181409	Marta Raquel Sampaio Gomes	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	203483	Marta Sofia Carneiro de Almeida	Porto	Trofa
Delegado	Mirandela	Marta Sofia da Silva Cardoso	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado	140302279	Marta Sofia Marques Rodrigues	Santarém	Almeirim
Presidente CPR	158194	Miguel Adelino Pereira Peixoto	Braga	Vila Verde
Delegado	133888	Miguel António Dias Baptista	Guarda	Seia
Delegado	153108	Miguel Augusto Inácio Roberto	Lisboa AM	Sintra
Delegado	168210	Miguel Baião da Encarnação	Faro	Loulé
Delegado	211020	Miguel Barroso Rainha	Santarém	Torres Novas
Delegado	193532	Miguel de Oliveira Quintas	Santarém	Benavente
Delegado	216100	Miguel Ferreira Maia	Porto	Trofa

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
Delegado	212026	Miguel Filipe Casal Romão	Leiria	Leiria
Delegado	50200637	Miguel Gregório Barroso	Castelo Branco	Castelo Branco
Delegado	194377	Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho	Lisboa AM	Oeiras
Delegado	204550	Miguel Pidwell Júdice de Castro Reis	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	192920	Miguel Tomás Cabral Gonçalves	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	204326	Milton César Pereira Bettencourt	Açores	Angra do Heroísmo
Delegado	110105860	Mónica Alexandra R. Fialho Pereira	Lisboa AM	Oeiras
Delegado	174151	Mónica Cristiana de Aguiar Ascensão	Madeira	Santana
Delegado	198261	Mónica Lizandra Medeiros Brasil	Açores	Calheta (Açores)
Delegado	178037	Nelson Daniel Bento Pereira	Porto	Matosinhos
Delegado	174245	Nelson Duarte de Freitas Correia	Madeira	Machico
Delegado	185278	Nelson Filipe Marques Nascimento	Porto	Porto
Delegado	169374	Nuno André Maia das Neves	Aveiro	São João da Madeira
Delegado	187071	Nuno Filipe Agostinho Carrasqueira	Leiria	Pombal
Delegado	206968	Nuno Filipe Ferreira Lopes	Coimbra	Miranda do Corvo
Delegado	158079	Nuno Gonçalo Fernandes da Luz	Lisboa AM	Cascais
Delegado	142141	Nuno Miguel Castelo Branco Albuquerque Matos	Coimbra	Coimbra
Delegado	208070	Nuno Miguel Costa Dias	Coimbra	Pampilhosa da Serra
Delegado	155813	Nuno Miguel Mendes Firmo	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	200669	Nuno Miguel Silva Magalhães	Bragança	Mirandela
Delegado	194089	Olívia Emília Pinto da Silva	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado	188025	Orlando Daniel de Oliveira Magalhães	Porto	Vila do Conde
Delegado	205020	Oto Alexandre Perdigão Gouveia	Madeira	Santa Cruz
Delegado	215567	Patrícia Isabel Faria Fernando	Braga	Guimarães
Delegado	158813	Patrícia Meixeiro Príncipe	Lisboa AM	Mafra
Delegado	170935	Patrick de Castro Freitas	Braga	Fafe
Delegado	209381	Paulo Alexandre Ribeiro Bito	Viseu	São João da Pesqueira
Delegado	211946	Paulo Joaquim Vieira Ribeiro	Porto	Lousada
Delegado	211384	Paulo Jorge Pereira Afonso	Bragança	Mirandela
Delegado	196884	Paulo Ricardo Pinto Coelho da Silva Teixeira	Porto	Marco de Canaveses
Delegado	195914	Paulo Tiago Rodrigues dos Santos	Santarém	Santarém
Delegado	206626	Pedro André Marques Rodrigues	Santarém	Almeirim
Delegado	200292	Pedro Emanuel Brazete Pereira Antunes Marques	Guarda	Gouveia
Delegado	191095	Pedro Félix Veiga	Aveiro	Anadia
Presidente CPR	143028	Pedro Filipe Aires Fernandes Tomás	Setúbal	Seixal
Delegado	191357	Pedro Filipe da Costa Oliveira	Porto	Vila do Conde
Delegado	194790	Pedro Filipe da Silva Ferreira	Coimbra	Figueira da Foz
Presidente CPR	159412	Pedro Francisco Pires Brilhante	Leiria	Pombal
Delegado	193931	Pedro Gabriel da Silva Adão	Viseu	Tondela
Delegado	195924	Pedro Gabriel Torres Serrano Fernando Alves	Santarém	Santarém
Delegado	188909	Pedro José Silva Maia	Coimbra	Figueira da Foz
Delegado	212503	Pedro Manuel Pinto Melo	Porto	Penafiel
Delegado	182831	Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado	171939	Pedro Miguel Costa de Sousa	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Delegado	175756	Pedro Miguel da Silva Pereira	Braga	Braga
Delegado	176931	Pedro Miguel dos Santos Oliveira	Guarda	Fornos de Algodres
Delegado	191945	Pedro Miguel Ferreira Barbosa	Porto	Penafiel
Delegado	195692	Pedro Miguel Nogueira Dias	Porto	Porto
Delegado	179326	Pedro Miguel Oliveira Fonseca	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado	204992	Pedro Miguel Ortela Drumond	Madeira	Porto Santo
Delegado	196530	Pedro Miguel Rua da Silva Campos	Vila Real	Chaves
Delegado	115331	Pedro Miguel Santana Cepeda	Porto	Penafiel
Delegado	167054	Pedro Miguel Silva Vala	Leiria	Porto de Mós
Delegado	194792	Pedro Miguel Simões Carvalho	Coimbra	Figueira da Foz
Delegado	180216	Pedro Miguel Sousa Carvalho	Porto	Maia
Delegado	197899	Pedro Miguel Vieira Miranda	Vila Real	Chaves
Delegado	138969	Pedro Nuno Pinheiro Simões Pereira	Santarém	Santarém
Delegado	150080	Quéli Tiago Santos Alves	Porto	Matosinhos
Delegado	198579	Quitéria Juliana Correia Roriz	Porto	Santo Tirso
Delegado	139404	Rafael José Rasteiro Figueiredo	Coimbra	Coimbra
Delegado	207049	Rafaela Sofia Mourato Pedro	Santarém	Abrantes
Delegado	153837	Raquel José Henriques de Barros	Madeira	Câmara de Lobos
Delegado	207452	Rebeca Catarina Correia Peres Lopes	Castelo Branco	Castelo Branco
Delegado	131114610	Renato António Barros da Silva	Porto	Penafiel
Delegado	215911	Renato Leonel Barbosa Gomes	Porto	Lousada
Delegado	206205	Ricardo André Almeida Esteves	Vila Real	Valpaços
Delegado	185088	Ricardo Barroso da Silva	Braga	Barcelos
Delegado	206238	Ricardo Daniel Nogueira Barbosa	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado	173175	Ricardo Filipe Oliveira Venâncio	Leiria	Bombarral
Delegado	131114553	Ricardo Filipe Rocha Sousa	Porto	Penafiel
Delegado	193433	Ricardo Filipe Santos Dias Rosário Pinto	Viseu	Armamar
Delegado	140575	Ricardo Gonçalves dos Santos Rato	Santarém	Santarém
Delegado	207095	Ricardo Jorge Alves Correia	Santarém	Golegã
Delegado	188604	Ricardo José de Oliveira Dias	Lisboa AM	Azambuja
Delegado	184881	Ricardo José Farinha Rosa	Leiria	Alvaiázere
Delegado	186509	Ricardo José Laranjeira Batista	Viseu	Oliveira de Frades
Delegado	154285	Ricardo José Moreira dos Santos	Porto	Paredes
Delegado	167450	Ricardo José Proença Gonçalves	Faro	Loulé
Delegado	118626	Ricardo Júlio de Jesus Pinho	Lisboa AM	Oeiras
Delegado	179112	Ricardo Manuel de Bessa Marques	Porto	Lousada
Delegado	197520	Ricardo Manuel Martins Cordeiro	Bragança	Mogadouro
Presidente CPR	207401	Ricardo Miguel Afonso Pinto	Bragança	Bragança

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
Delegado	194942	Ricardo Miguel Barros Correia	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado	207733	Rita Martins	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	193538	Rita de Oliveira Arada Mateus Serra	Santarém	Benavente
Delegado	186538	Rita Sofia de Barros Reis	Faro	Portimão
Delegado	207472	Rodolfo da Silva Cardoso	Lisboa AM	Odivelas
Delegado	182212	Rodrigo Neves Amaro	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado	207644	Rodrigo Oliveira Santos	Leiria	Alvaiázere
Delegado	192577	Romão Afonso Pereira	Viseu	Mortágua
Delegado	195409	Ruben Américo Jorge Ferreira	Aveiro	Ovar
Delegado	207763	Ruben Cristiano Salta Lourenço	Castelo Branco	Oleiros
Delegado	205025	Ruben Daniel Andrade Sousa	Madeira	Santa Cruz
Delegado	163185	Ruben David da Silva Pinto	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado	192500294	Rúben Miguel Pacheco Correia	Açores	Ribeira Grande
Delegado	140943	Ruben Tiago Gomes Fonseca	Viseu	Viseu
Delegado	181298	Rui Daniel Dias da Cruz	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado	183444	Rui Filipe Joanaz Branco Ribeiro Constantino	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado	160359	Rui Filipe Rodrigues da Cunha	Lisboa AM	Oeiras
Delegado	119780	Rui Filipe Vilar Gomes	Aveiro	Arouca
Delegado	212606	Rui Guilherme de Castro Morais Araújo	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Delegado	175548	Rui Jorge Cepa Filipe	Braga	Esposende
Delegado	195698	Rui Manuel Alves Martins	Braga	Guimarães
Delegado	131676	Rui Miguel Oliveira Pedrosa Batista	Porto	Santo Tirso
Presidente CPR	131819	Rui Miguel Ribeiro de Oliveira	Porto	Felgueiras
Delegado	184347	Rui Pedro Guimarães de Melo Carvalho Lopes	Porto	Felgueiras
Delegado	185323	Rui Rene Pinheiro Dodat	Porto	Vila do Conde
Delegado	194348	Rui Samuel Martins de Alferes Gomes	Santarém	Tomar
Delegado	199372	Rute Filipa Peixoto Moreira	Porto	Penafiel
Delegado	216130	Safia Carole Fernandes Chenaf	Porto	Trofa
Delegado	110905970	Samuel Simão Ramos Cerca Serrano	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	183535	Sandra Manuela da Silva Zeferino	Porto	Póvoa de Varzim
Delegado	200758	Sara Adriana Peixoto Lima	Porto	Trofa
Delegado	184535	Sara Cristina Meira Brota	Viana do Castelo	Viana do Castelo
Delegado	170762	Sara Fernandes Ramos	Vila Real	Vila Real
Delegado	182479	Sara Maria Garcez Costa	Porto	Porto
Delegado	176090	Sérgio Lobato Agostinho	Madeira	Calheta
Delegado	169378	Sílvia Manuela Oliveira Santos	Aveiro	São João da Madeira
Delegado	175735	Simão Pedro Osório Gomes	Porto	Trofa
Delegado	181388	Simão Pedro Ramos Santana	Aveiro	Aveiro
Delegado	185026	Sofia Alexandra de Almeida Sá Fernandes	Lisboa AM	Mafra
Delegado	207444	Sofia Daniela Pereira Mesquita	Viseu	Viseu
Delegado	192097	Sofia Helena Correia Fernandes Sousa Matos	Porto	Trofa
Delegado	204845	Sofia Raquel Costa Araújo	Madeira	Câmara de Lobos
Delegado	174498	Sónia Margarida Simões Moreira	Leiria	Ansião
Delegado	167845	Susana Fernandes dos Santos	Leiria	Pombal
Delegado	214000	Susana Isabel Antunes Simão Grilo	Castelo Branco	Sertã
Delegado	169831	Susana Isabel Costa Duarte	Lisboa AM	Oeiras
Delegado	165467	Susana Marisa Martins Nunes	Aveiro	Oliveira do Bairro
Delegado	200994	Susana Marlene Perdigão Ferreira	Madeira	Ponta do Sol
Delegado	190541	Susana Patrícia dos Santos Araújo	Braga	Barcelos
Delegado	213481	Tânia Andreia Dias da Silva	Braga	Barcelos
Delegado	203803	Tânia Manuela Almendra Barreira	Setúbal	Seixal
Delegado	172792	Tânia Sofia Taveira Silva	Lisboa AM	Sintra
Delegado	206629	Tatiana de Almeida Pó Tavares Carvalho	Santarém	Almeirim
Delegado	208615	Teodósio Miguel Gouveia Faria	Madeira	Funchal
Delegado	214997	Teresa Sofia Teixeira Alves	Braga	Cabeceiras de Basto
Delegado	154473	Tiago Alexandre Ferreira Vitorino	Santarém	Santarém
Delegado	199766	Tiago Alexandre Godinho Mateus	Faro	Lagos
Delegado	166872	Tiago Alexandre Guedes da Fonseca	Lisboa AM	Loures
Delegado	188894	Tiago André Pires Rodrigo	Bragança	Bragança
Delegado	211351	Tiago Fernando Fontes Mendes	Aveiro	Arouca
Delegado	167980	Tiago Filipe Santos	Aveiro	Aveiro
Delegado	193477	Tiago Filipe Francisco Santos	Santarém	Rio Maior
Delegado	183376	Tiago José de Almeida Pereira	Viseu	Resende
Delegado	212022	Tiago José Sá de Azevedo	Aveiro	Espinho
Delegado	184484	Tiago Manuel Henriques Carrão	Santarém	Tomar
Delegado	196109	Tiago Manuel Palas Santos	Lisboa AM	Lisboa
Delegado	196144	Tiago Manuel Vieira Simões	Santarém	Golegã
Delegado	215707	Tiago Miguel dos Santos Canto	Vila Real	Valpaços
Delegado	206128	Tiago Miguel Jacinto Crisóstomo	Lisboa AM	Mafra
Delegado	191719	Tiago Miguel Silva Oliveira	Lisboa AO	Lourinhã
Delegado	195429	Tiago Miguel Valente Varum	Aveiro	Estarreja
Delegado	155394	Tiago Vieira Laranjeiro	Braga	Guimarães
Delegado	189894	Tito Emanuel Alves Santana da Silva	Coimbra	Coimbra
Delegado	173074	Tomás Henrique Fernandes Antunes	Viana do Castelo	Caminha
Delegado	111705881	Tomás Pedro Bexiga Roque da Cunha	Lisboa AM	Oeiras
Delegado	187198	Valter Emanuel Martins Silva	Setúbal	Seixal
Delegado	193466	Vanessa Margarida David Domingos	Santarém	Almeirim
Delegado	142677	Vânia Cristina Mesquita Saldanha Gouveia	Porto	Vila do Conde
Delegado	203648	Vânia Moreira de Sousa	Porto	Valongo
Presidente CPR	200999	Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte	Madeira	Funchal
Delegado	206971	Verónica do Nascimento Simões	Coimbra	Miranda do Corvo
Delegado	212993	Vitor Emanuel Ladeira Dias	Bragança	Bragança

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
Delegado	208682	Vitor Hugo Correia Mesquita	Vila Real	Vila Real
Delegado	170808	Vitor Hugo Simões Moura da Silva	Coimbra	Penacova
Delegado	207000	Vitor José Campos Moreira	Braga	Braga
Presidente CPR	130701	Vitor Leandro Caldas Esteves	Viana do Castelo	Ponte de Lima
Delegado	166111	Vitor Manuel Silva Teixeira	Aveiro	Arouca
Delegado	210379	Vitor Nuno Moreira Guimarães	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado	211866	Vitória Sousa Couto	Açores	Ponta Delgada
Delegado	204993	Williams Dinis Nunes Ornelas	Madeira	Porto Santo

XXIII CONGRESSO NACIONAL DA JSD - BRAGA

12,13 E 14 DEZEMBRO 2014

PARTICIPANTES

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
CJN	132423	Alexandre Miguel Marques Pimentel Leal	Coimbra	Montemor-o-Velho
Representante dos ESD	189904	Ana Carolina de Oliveira e Silva Patricio	Coimbra	Coimbra
CPN	166472	Ana Margarida Balseiro de Sousa Lopes	Leiria	Marinha Grande
Membro CN	106968	André Pereira Cardoso Marques	Vila Real	Peso da Régua
CJN	199169	André Ramalho Estrela	Leiria	Ansião
Deputado - AR	163397	André Tiago Pardal da Silva	Lisboa AM	Lisboa
CPN	137770	António Joaquim Padez de Castro Corado Alves	Coimbra	Coimbra
CPN -Sec. Geral - Adjunto	163987	António Manuel Branco Camelo dos Santos	Viseu	Cinfães
Deputado - AR	103636	Bruno Manuel Pereira Coimbra	Aveiro	Mealhada
CPN	136447	Carlos Manuel de Sousa Amaral	Viseu	Carregal do Sal
Membro CN	154567	Carlos Manuel Schulz Nunes	Santarém	Tomar
Representante dos JASD	211549	Cláudia Silva Freitas	Braga	Guimarães
Mesa do Congresso	121418	Cláudio Borges Almeida	Açores	Ponta Delgada
Membro CN	154314	Daniel Martins Pavão	Açores	Ponta Delgada
Representante dos ESD	216830	David Adjadj Alves	Aveiro	Aveiro
Representante dos ESD	195384	David Cochat Pereira de Castro	Lisboa AM	Odivelas
Representante dos ESD	177081	Dino Miguel Alves	Coimbra	Coimbra
Representante dos ESD	209143	Diogo Direito Gonçalves Fagundes	Coimbra	Coimbra
Representante dos ESD	204681	Duarte Cardoso Alves	Castelo Branco	Proença-a-Nova
CPN -Sec. Geral - Adjunto	130794	Duarte Filipe da Silva Ribeiro Martins	Viana do Castelo	Viana do Castelo
Membro CN	180575	Edi Manuel Lemos Gama	Lisboa AO	Arruda dos Vinhos
Representante dos ESD	10502259	Frederico Guilherme V. Dias F. Teixeira	Aveiro	Aveiro
Membro CN	154418	Helder Manuel Gouveia Gomes	Madeira	Ribeira Brava
Membro CN	185059	Hugo Miguel de Araújo Cardoso	Braga	Barcelos
Representante dos ESD	203970	Inês Brochado Marinho Bastos Batista	Porto	Amarante
Membro CN	171144	Inês Isabel Baptista da Rocha	Setúbal	Almada
CPN	97586	Jean Paulo Gil Barroca	Castelo Branco	Fundão
Representante dos ESD	60301563	João Bernardo Gouveia Dinis Parreira	Coimbra	Coimbra
CPN	108463	João Filipe Monteiro Marques	Braga	Braga
CPN -Sec. Geral - Adjunto	152308	João Filipe Viegas Gomes da Silva	Lisboa AM	Lisboa
Membro CN	103855	João Francisco Martins Papoila Magalhães	Lisboa AM	Lisboa
Presidente AE Ens.Sec	40701062	João Luís Belchior Tomé Pilão	Bragança	Mirandela
CJN	170488	João Miguel Viegas dos Santos Ascenso	Lisboa AM	Lisboa
Membro CN	193804	João Paulo Carvalho da Silva	Aveiro	Oliveira de Azeméis
Representante dos JASD	210006	João Paulo Melo Dâmaso Moniz	Açores	Ribeira Grande
CJN	190174	João Paulo Vares Luís	Madeira	Funchal
CJN	137791	Jorge André de Carvalho Barreira Alves Correia	Coimbra	Coimbra
CPN -Sec. Geral - Adjunto	160815	Jorge Augusto Farto Faria de Sousa	Lisboa AO	Lourinhã
CPN	152624	Jorge Manuel Oliveira Ferreira	Porto	Paredes
CPN - Director dos JASD	151537	José Alfredo Pereira Bastos de Oliveira	Viana do Castelo	Ponte da Barca
CPN	168216	José Miguel Ramos Ferreira	Coimbra	Miranda do Corvo
Membro CN	201022	José Rafael Silva Freitas	Madeira	Santana
Membro CN	120095	Lívio Rómulo Soares Coelho	Madeira	Funchal
Representante dos ESD	210540	Luciana de Fátima Alves Simões	Coimbra	Coimbra
CPN -Sec. Geral - Adjunto	152106	Luis António Correia da Câmara Tavares	Évora	Évora
Membro CN	194856	Luis Carlos Lopes Carvalho	Braga	Póvoa de Lanhoso
Representante dos JASD	204836	Luis Gabriel de Sousa Teles	Madeira	Câmara de Lobos
Presidente AE Ens.Sec	80601165	Luis Miguel Conceição Simas	Faro	Faro
CPN -D. Rel. Intern	111482	Luis Miguel Viegas Cardoso	Coimbra	Figueira da Foz
CPN	159408	Luis Renato Guardado Marques	Leiria	Pombal
Representante dos JASD	156146	Manuel Matos Torres	Guarda	Celorico da Beira

QUALIDADE	Nº MIL	NOME	DISTRITO	CONCELHO
Presidente AE Superior	185237	Marco Aurélio Mano Saldanha	Guarda	Meda
CJN	126329	Mariana Ferreira Ribeiro Macedo	Porto	Porto
Representante dos JASD	207170	Marta Lisa Mendonça Marques	Lisboa AM	Mafra
Representante dos JASD	208818	Miguel Ângelo Pinheiro Antunes	Lisboa AM	Amadora
Membro CN	172932	Nuno Décio Fernandes Martins	Madeira	Funchal
Membro CN	140798	Nuno Miguel Nunes Castelo	Santarém	Golegã
Membro CN	104291	Paulo Jorge Correia do Espírito Santo	Leiria	Caldas da Rainha
CPN -D. Gab. Estudos	152058	Paulo José de Sousa Nascimento Pinheiro	Lisboa AM	Odivelas
Deputado - AR	69163	Pedro Alexandre Antunes F. Pimpão dos Santos	Leiria	Pombal
CPN	93617	Pedro Jorge Lourenço Marques Pereira	Santarém	Almeirim
Membro CN	112898	Pedro Miguel Martins Ribeiro	Porto	Lousada
Presidente AE Ens.Sec	91001065	Pedro Miguel Venâncio Monteiro	Guarda	Pinhel
CPN	155426	Renato Alexandre Braz Almeida	Aveiro	Oliveira do Bairro
Mesa do Congresso	142672	Ricardo Augusto Pereira dos Santos	Porto	Vila do Conde
Representante dos ESD	163682	Ricardo Filipe Morgado de Sousa	Guarda	Gouveia
Membro CN	177303	Ruben André de Carvalho Coelho	Aveiro	Albergaria-a-Velha
CPN	109497	Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira	Braga	Guimarães
Membro CN	137464	Rui Filipe Benjamim de Melo	Açores	Santa Cruz da Graciosa
CEI	175087	Rui Miguel Pereira dos Santos	Braga	Vila Nova de Famalicão
Mesa do Congresso	149130	Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina	Aveiro	Aveiro
CPN - D. de Formação	115335	Susana Helena Correia Santos	Lisboa AM	Oeiras
CPN	141493	Susana Paula Barbosa de Oliveira	Porto	Penafiel
Representante dos ESD	207445	Tiago Emanuel Costa Santos	Viseu	Viseu
CEI	109041	Tiago José Barbosa Antunes	Coimbra	Penacova
CEI	135737	Tiago José Monteiro Gonçalves	Guarda	Guarda
Membro CN	142151	Tiago Miguel Rodrigues Fidalgo	Coimbra	Coimbra